

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Márcia Gorett Ribeiro Grossi^{*}
Márcia Gonçalves Reis^{**}

Resumo

Nesta pesquisa foi verificado se o Programa Nacional de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens de Adultos (PROEJA), que faz parte de uma política educacional inclusiva, atende as expectativas das mulheres matriculadas neste programa. Também foram identificados seus percursos escolar e profissional e suas motivações.

Palavras-chave: Educação Profissional. Mulheres. EJA. PROEJA.

Abstract

This research verified if the Integration Program of Professional and Technical Education of the Middle level to Middle School in the Modality of the Youth and Adults Education (PROEJA), which is part of an inclusive education policy, meets the expectations of women in those program. Also was identified their educational and Professional pathways and their motivations.

Keywords: Professional Education. Women. EJA.PROEJA.

1. Introdução

Em 2005, o governo federal brasileiro lançou um programa voltado para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), denominado Programa Nacional de Integração da Educação Profissional (PROEJA), com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, que buscava resgatar e reinserir no sistema escolar milhões de jovens e adultos possibilitando-lhes acesso à educação e a formação profissional na perspectiva de uma formação integral. Já em 2006 o programa ganhou uma maior abrangência e foi denominado Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, mas manteve a mesma sigla e, traz a promessa de fazer o resgate da cidadania

* Doutora em Ciência da Informação pela UFMG. Graduada em Engenharia Elétrica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1987), Mestre em Tecnologia pela Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Atualmente é diretora administrativa financeira da Fundação de Apoio à Educação de Desenvolvimento Tecnológico de Minas Gerais e Professora do Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. E-mail: marciagrossi@terra.com.br.

** Pós-Graduação em PROEJA pelo CEFET/MG. E-mail: marciagreis@hotmail.com. Texto recebido em 23/11/2011. Texto aprovado em 20/03/2012.

de toda uma imensa parcela de brasileiros expulsos do sistema escolar por problemas encontrados dentro e fora da escola, como descrito no documento base do PROEJA¹.

Nas políticas educacionais uma questão importante e que merece atenção é a participação da mulher nos diversos setores da sociedade. De acordo com pesquisas da Fundação Carlos Chagas² sobre: Biblioteca, Base de dados: Mulheres Brasileiras, Educação e Trabalho, nos últimos anos o número de mulheres matriculadas nas escolas aumentou consideravelmente, como pode-se observar nos dados da Fundação Carlos Chagas: em 2002, 54% das matrículas no ensino médio eram de mulheres, bem como 56% dos ingressantes no ensino superior pelo vestibular. As mulheres também estão em maior número entre os concluintes: em 2002, representavam 58% e 63% dos concluintes, respectivamente, do ensino médio e superior. Mas, no âmbito da educação profissional, a presença das mulheres é menos expressiva, girando em torno de 1/3 das matrículas nos níveis básicos e tecnológicos e 41% no nível técnico.

Consideradas sujeitos marginais ao sistema e ao mesmo tempo em que é constatada a presença superior de mulheres em todos os níveis escolares em relação aos homens, é interessante saber das mulheres o significado desse programa em suas vidas, tanto em termos de formação profissional, como humana e cidadã, tríade alancada no próprio Documento Base:

O que realmente se pretende é a formação humana, no seu sentido lato, com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade socialmente justa. A perspectiva precisa ser, portanto, de formação na vida e para a vida e não apenas de qualificação do mercado ou para ele.³

Assim, oportunizar uma qualificação profissional de qualidade aliada a formação educacional é requisito fundamental para o empoderamento das mulheres em todas as instâncias sociais. Por isso a importância da implantação das políticas públicas educacionais, que visem atender realmente ao público a que se destina, no caso o PROEJA, que é destinado ao atendimento de pessoas jovens e adultas. Assegurando o princípio constitucional que é o direito a educação.

¹ BRASIL. Ministério da Educação [MEC] (2007). Documento Base do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf>. Acesso em 21 de dezembro 2010.

² Fonte: http://www.fcc.org.br/mulher/series_historicas/mbet.html. Acesso em: 05 agosto 2009.

³ BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Profissional e Tecnológica. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Decreto no 5.478, de 24 de junho de 2005. Brasília, 2005, p.11-12.

2. Objetivo

O objetivo desta pesquisa foi verificar se o PROEJA, inserido no projeto do Ensino Médio para Jovens e Adultos (PEMJA)⁴ e na FUNEC/PROEJA⁵ faz parte de uma política educacional inclusiva e se está atendendo as expectativas das mulheres matriculadas nos cursos deste programa.

3. Metodologia

Esta pesquisa foi realizada em duas partes, que ocorreram no segundo semestre de 2009 e primeiro de 2010.

A primeira parte da pesquisa foi uma revisão de literatura, realizada para conhecer os principais conceitos tratados na pesquisa.

Na segunda parte foi realizada uma pesquisa de campo, de caráter exploratório do tipo qualitativo, com as mulheres matriculadas nos cursos de Contabilidade e Informática, oferecidos pelo PEMJA/UFMG e FUNEC/PROEJA, na qual a coleta de dados foi feita por meio de questionário (dividido em duas partes: caracterização do perfil do respondente e verificação da situação das mulheres do PEMJA e PROEJA/FUNEC na educação profissional). Os sujeitos da pesquisa foram às alunas do PEMJA/UFMG e do PROEJA/ FUNEC.

4. Resultados da primeira etapa da pesquisa

4.1. Políticas Públicas Educacionais

⁴ O Projeto do Ensino Médio para Jovens e Adultos (PEMJA) é um programa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que oferece o Ensino Médio, com o objetivo de favorecer a progressão dos estudos dos alunos que estavam ou já haviam concluído o Ensino Fundamental (funcionários da UFMG e comunidade geral). O Colégio Técnico da UFMG passa então a se responsabilizar, através da elaboração e execução de um projeto, pela oferta e certificação do Ensino Médio para Jovens e Adultos. O Projeto do Ensino Médio para Jovens e Adultos (PEMJA) até o momento tem investido na construção de uma base sólida para a implantação de um currículo interdisciplinar.

⁵ A Fundação de Ensino de Contagem (FUNEC) - Unidade Nova Contagem é uma escola com nove anos de funcionamento, no período noturno, voltada principalmente para jovens e adultos das classes trabalhadoras, que buscam uma formação escolar e profissionalizante. Além da modalidade Educação de Jovens e Adultos oferece também o ensino médio regular. Em agosto de 2009, a unidade implanta o curso Técnico de Contabilidade, integrado ao Ensino Médio na Modalidade PROEJA, seguindo as diretrizes da legislação conforme resolução CNE/CBE 4/99, que estabelece um mínimo de 1283 horas (Mil e Duzentas horas) voltadas para a formação básica, assim como no mínimo 800 horas (oitocentas horas) para formação profissional, na modalidade de Gestão. O currículo do curso técnico em contabilidade integrado ao Ensino Médio na modalidade EJA é composto pelo conjunto de matérias, disciplinas e atividades agrupadas em núcleos de: conteúdos de Formação Base Nacional Comum; conteúdos de Formação Profissional; e de Formação Teórico-Prática (Estágio).

\

Para Grossi⁶ as políticas públicas são as ações ou diretrizes tomadas pelo governo objetivando a solução de problemas relacionados à sociedade como um todo. O termo política está ligado ao processo de disputa por cargos públicos e negociação de interesses na sociedade e, o termo política pública, às implementações de ações governamentais específicas, como: saúde, educação, meio ambiente, infra-estrutura, redução de pobreza, dentre outras. No Brasil, diferentemente de outros países estes dois termos estão fortemente ligados e um não pode ser entendido completamente sem o outro.

Atualmente existem no país diversas políticas públicas, com objetivo de combater os problemas de um determinado segmento da sociedade, tais como Agricultura Familiar, Projeto de Revitalização do São Francisco, Plano de Habitação: Fundo Nacional para Habitação e o Sistema Único de Saúde, dentre outros. Na área da educação pode-se citar alguns projetos ligados às políticas públicas tais como: Escola de Todos; Bolsa Família; PROEJA; PROJOVEM; Escola de Fábrica; Programa TEC NEP; Mulheres Mil; Brasil Profissionalizado; e- Tec Brasil; REUNI e o ProUNi dentre outros.

4.2. Políticas Públicas de Inclusão

Para Cury⁷ as políticas inclusivas podem ser entendidas como estratégias voltadas para a universalização de direitos civis, políticos e sociais, que buscam pela presença interventora do Estado, aproximar os valores formais proclamados ordenamento jurídico dos valores reais existentes em situações de desigualdade e se voltam para o indivíduo e para todos, sustentadas pelo Estado, pelo princípio da igualdade de oportunidades e pela igualdade de todos ante a lei.

Assim, as políticas públicas includentes corrigem as fragilidades de uma universalidade focalizada em todo e cada indivíduo. Esse tipo de política trabalha com os conceitos de igualdade e de universalização, visando à redução da desigualdade social. Mas pode-se também entender o conceito de políticas inclusivas dentro daquela qualidade histórica a que Bobbio⁸ chama especificação de direitos. Trata-se do direito à diferença, no qual se mesclam as questões de

⁶ GROSSI, Márcia Gorett Ribeiro e SANTOS, Welber Amaro dos. *Ações Conjuntas entre Estado, Sociedade Civil e o Setor Privado: Objetivando a Melhoria na Qualidade da Educação e a Diminuição da Desigualdade Social*. Belo Horizonte, 2009.

⁷ CURY, Carlos Robert Jamil. *Políticas Inclusivas Compensatórias na Educação Básica*. Programa de Pós - Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica e Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 124, p. 11-32, jan./abr. 2005.

⁸ BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política. A filosofia política a as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

gênero com as de etnia, idade, origem, religião e deficiência, entre outras. A presença de imigrantes, provindos em boa parte de ex-colônias ou de outros países, repõe não só o tema da desterritorialização e dos fluxos migratórios como também o retorno de temas como tolerância e multiculturalismo no âmbito dos espaços nacionais perante minorias ali presentes. Tais políticas afirmam-se como estratégias voltadas para a focalização de direitos para determinados grupos marcados por uma diferença específica. Uma das formas mais visíveis dessas políticas pode ser verificada na polêmica questão das “cotas” como expressão de “ações afirmativas”.

4.3. O significado da educação profissional para as mulheres

Rosemberg⁹ faz um balanço dos anos 1990 e apresenta o baixo número de mulheres matriculadas na educação profissional. De acordo com o Censo da Educação Profissional, realizado pelo MEC/ INEP em 2000, as mulheres representam apenas 39,3% dos/as alunos/as matriculados/as na Educação Profissional, isto é, em cursos direcionados ao mercado de trabalho e nota-se uma segregação dos sexos pelas áreas do ensino profissional. Esses dados podem ser observados na tabela 1.

Tabela 1- Matrículas na Educação Profissional por níveis, áreas e sexo

Nível	Área	Homens	Mulheres
Básico	Agropecuária	42.119	11.833
	Indústria	376.317	90.249
	Comércio	69.267	12.530
	Serviços	688.440	618.711
Técnico	Agropecuária	42.383	8.593
	Indústria	136.775	35.673
	Comércio	2.087	1.301
	Serviços	195.170	251.782
Tecnológico	Agropecuária	453	172
	Indústria	21.153	5.340
	Serviços	42.834	26.269

Fonte: MEC/INEP (2000a).

* Incluindo os sem declaração de sexo.

⁹ ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal, mulher e gênero no Brasil. *Revistas Estudos Feministas*, vol. 9, nº 2, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, 2001 p. 515-539

\

** Incluindo apenas os com declaração de sexo.

Alves¹⁰ descreve as trajetórias escolares e ocupacionais e relações de gênero de mulheres trabalhadoras da cidade de Alagoinhas no estado da Bahia, com foco nas práticas de Educação de Jovens e Adultos (elevação de escolaridade integrada à qualificação profissional), no âmbito do Programa Integrar da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da Central Única dos Trabalhadores (CNM/CUT). Nesse sentido, analisa a partir das relações de gênero, os fatores objetivos (características e condições de vida e trabalho) e subjetivos (motivações, interesses e perspectivas) que influenciaram o acesso e permanência destas mulheres das camadas populares nos cursos de Educação de Jovens e Adultos, bem como as suas aspirações à continuidade dos estudos, além de tentar compreender como a escolarização tem contribuído para a vida destas mulheres.

Essa autora conclui que as mulheres das camadas populares encontram-se em profissões consideradas “naturais”, que supostamente não exigem uma qualificação, como o emprego doméstico. Conclui, ainda que, no geral as mulheres estão concentradas, na maioria dos casos, em profissões “feminizadas” como enfermagem, magistério, trabalho em escritório, cuidado com idosos e enfermos, e tendem a permanecerem em categorias profissionais inferiores às dos homens.

5. Resultados da segunda etapa da pesquisa

A análise dos dados permitiu identificar questões como: história de vida, percurso escolar e profissional, motivações, interesses e perspectivas que levaram essas mulheres a optarem pelo curso, bem como as suas aspirações à continuidade dos estudos e perspectivas em relação ao trabalho. Os principais resultados são:

5.1. Perfis das respondentes

Para elaborar o perfil das respondentes, foram considerados: idade, naturalidade, profissão, Estado Civil, número de filhos. Observou-se que, a maioria das entrevistadas é natural de cidades do interior de do estado de Minas Gerais, apenas (04) são de Belo Horizonte e (01) do

¹⁰ ALVES, Francisca Elenir. *Mulheres trabalhadoras, sim. Alunas, por que não? Estudo sobre gênero, trabalho e educação na Bahia*. 2006. 141f. Dissertação. (Mestrado). Universidade Católica de Brasília

\

estado da Bahia. A faixa etária é de 20 e 63 anos. Das 13 entrevistadas, 09 são casadas, 03 solteiras e 01 vive com o companheiro sem legalização. As mulheres que estudam no PEMJA residem em Belo Horizonte, as que estudam na FUNEC, residem na periferia da cidade de Contagem. Em relação ao número de filhos, a maioria tem entre 2 e 4 filhos, mas o número varia: somente uma não tem filhos, três têm quatro filhos, duas têm três filhos, cinco têm dois filhos, uma tem cinco filhos e uma outra sete filhos.

Quanto à situação ocupacional, observou-se que: 06 trabalham com registro na carteira; 02 se encontram desempregadas e procurando emprego; 02 se declararam donas de casa e 03 estavam em trabalhos informais, ou seja, sem registro na carteira.

5.2. Dificuldades no acesso à escolarização quando mais jovem e/ou na idade regular

Analisando as respostas dos questionários percebeu-se que os principais motivos que levaram as alunas a não terem concluído os estudos na idade regular foram: Falta de interesse das próprias estudantes e/ou da família; Ter de trabalhar durante a infância e pré-adolescência para ajudar a família; Gravidez precoce e Prioridade ao trabalho em detrimento dos estudos.

5.3. Motivos para o retorno à escola / opção de curso

Os principais motivos de retorno aos estudos, segundo as estudantes foram: Exigência do mercado de trabalho e/ou necessidade de uma profissão, Possuírem tempo disponível (pois hoje os filhos já são adultos); Para poderem dar um futuro melhor aos filhos; Para adquirir conhecimentos, pois agora surgiu o interesse (quando mais jovens não gostavam de estudar) e; Poder preparar para fazer concurso público. Enfim, essas mulheres têm atualmente a consciência da importância dos estudos.

5.4. Opinião sobre o curso

Segundo as estudantes o que mais agrada no curso é a dedicação dos professores e a preocupação destes com suas alunas, em seguida, as matérias como relações humanas e contabilidade, bem como tudo o que o curso oferece. Quanto ao que desagrada, a maioria das respostas foi a conversa em sala de aula e a falta de interesse de algumas estudantes, além do

\

pouco tempo destinado às disciplinas específicas, pois de acordo com elas, as aulas são muito corridas e precisariam de uma carga horária maior com as disciplinas de inglês, filosofia e sociologia.

O fator tempo foi citado muitas vezes pelas estudantes durante a pesquisa, embora não apareça no questionário de todas. Há que se levar em consideração as especificidades do público que compõem a EJA, e assim pensar em alternativas educacionais que atendam de forma equalizadora e incluyente os estudantes dessa modalidade. Nesse caso, Haydt¹¹ esclarece que cabe ao professor reconhecer as diferenças na capacidade de aprender dos alunos, para poder ajudá-los a superar suas dificuldades e avançar na aprendizagem.

5.5. Impacto do curso na vida pessoal e profissional

A maioria das estudantes relatou que, ao voltarem a estudar, aprenderam a se comportar e melhoraram a sua comunicação com as outras pessoas. O reconhecimento e o apoio da família e dos colegas de trabalho são motivos da elevação da auto-estima dessas mulheres.

5.6. Projetos futuros

As estudantes foram questionadas quanto a projeções futuras, se elas pretendiam continuar os estudos e qual profissão gostariam de exercer. Somente uma pessoa respondeu não saber, as outras responderam que pretendiam continuar os estudos, algumas queriam fazer curso técnico, outras queriam entrar para a universidade.

Quanto à profissão, somente 02 disseram querer exercer a profissão pela qual estão estudando, no caso, o curso técnico de Contabilidade. Para as demais estudantes as escolhas foram diversificadas: Nutrição, Pedagogia, Turismo, Jornalismo, Direito, Administração de empresas, curso técnico de Patologia Clínica e Secretária.

5.7. A mulher e o espaço de trabalho

¹¹ HAYDT, Regina Cazaux. *Avaliação do processo ensino-aprendizagem*. 6.ed. São Paulo: Ed. Ática, 2004.

Das 13 respondentes, 11 declararam que a mulher conquistou espaço no mercado de trabalho. Uma respondeu que também concorda, mas que em algumas áreas, como na política, o domínio ainda é masculino e, em relação à questão salarial os homens ainda têm mais vantagens do que as mulheres. Nos relatos percebeu-se que as mulheres sofrem preconceito por parte dos companheiros em relação ao desejo de trabalhar e estudar, mas que acreditam poder mudar esta situação.

6. Considerações finais

Esta pesquisa objetivou verificar se o Programa Nacional de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens de Adultos (PROEJA) está atendendo as necessidades e expectativas das alunas matriculadas nos cursos de Contabilidade e Informática, oferecidos pelo PEMJA/UFMG e FUNEC/PROEJA.

A faixa etária das mulheres que participaram desta pesquisa varia de 30 a 60 anos. No geral as mulheres estão concentradas profissionalmente em profissões “feminizadas”, como recepcionista, costureira, cozinheira e diarista. Assim, para as estudantes entrevistadas o principal motivo de retorno à escola foi a possibilidade de ascensão profissional e a própria exigência do mercado de trabalho atual.

Durante a pesquisa, percebeu-se que a necessidade de uma profissão é o principal motivo para o retorno à escola. Algumas estudantes associaram a formação profissional com a possibilidade de uma melhor colocação no mercado de trabalho, reconhecendo a importância dos estudos. Quanto à escolha do curso, constatou-se que não havia muita opção, pois as instituições que oferecem o PROEJA possuem somente um ou dois cursos profissionalizantes, embora de acordo com as estudantes, estes cursos estão atendendo as suas necessidades e expectativas.

Diante do que foi exposto, há que se fazer uma análise da implantação do PROEJA, pois os cursos oferecidos são escassos. Outro problema observado é o processo de ingresso nos referidos cursos profissionalizantes, pois durante a pesquisa pôde-se constatar que algumas estudantes apresentaram muitas dificuldades de escrita e leitura, mal conseguindo escrever o nome. Esse fato dificulta ainda mais a relação da estudante com os parâmetros curriculares do curso, pois, ao não ter domínio da formação básica escolar, a aquisição dos conhecimentos específicos das disciplinas dos referidos cursos se torna mais difícil.

\

Viu-se que para essas mulheres o retorno à escola, principalmente num curso de formação profissional, tem contribuído para uma mudança de postura e de relação dessas com o meio em que vivem. Através das falas, percebe-se que o ambiente escolar na vida dessas mulheres denota uma mudança no convívio social, pois, a maioria das estudantes relata que, ao voltarem a estudar, aprenderam a se comportar e melhoraram a sua comunicação com as pessoas.

Além disso, observa-se que a escolarização para essas mulheres tem contribuído para a aquisição e mudanças de atitudes, relacionadas, principalmente ao campo de trabalho. Mais que isso, elas buscam o crescimento pessoal e profissional, bem como as condições necessárias para a participação na vida social. Portanto, o PROEJA tem atendido às expectativas das mulheres matriculadas nos cursos deste programa.

7. Referências

ALVES, Francisca Elenir. *Mulheres trabalhadoras, sim. Alunas, por que não? Estudo sobre gênero, trabalho e educação na Bahia*. 2006. 141f. Dissertação. (Mestrado). Universidade Católica de Brasília.

BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política. A filosofia política a as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação [MEC] (2007). Documento Base do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf> . Acesso em 21 de dezembro 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. *Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)*. Decreto no 5.478, de 24 de junho de 2005. Brasília, 2005.

\

Colégio Técnico da Universidade Federal de Minas Gerais (COLTEC). *Projeto de Ensino Médio de Jovens e Adultos (PEMJA 2003) do Programa de Educação Básica de Jovens e Adultos*. Realização do Colégio Técnico do Centro Pedagógico / UFMG, 2003, 12 p.

Colégio Técnico da Universidade Federal de Minas Gerais (COLTEC). *Documento Base do Curso Profissional para Jovens e Adultos*. Colégio Técnico do Centro Pedagógico / UFMG, 2004, 18 p.

CURY, Carlos Robert Jamil. *Políticas Inclusivas Compensatórias na Educação Básica*. Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica e Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, nº. 124, p. 11-32, jan./abr. 2005

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Educação Profissional – Proporção de matrículas e conclusões femininas segundo áreas de cursos*. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/mulher/series_historicas/mbet.html>. Acesso em: 05 maio 2009.

Fundação de Ensino de Contagem Unidade Nova Contagem (FUNEC). *Projeto Político-Pedagógico do Curso Técnico em Contabilidade Integrado ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos*. Contagem, Minas Gerais, 2009.

GROSSI, Márcia Gorett Ribeiro e SANTOS, Welber Amaro dos. *Ações Conjuntas entre Estado, Sociedade Civil e o Setor Privado: Objetivando a Melhoria na Qualidade da Educação e a Diminuição da Desigualdade Social*. Belo Horizonte, 2009.

HAYDT, Regina Cazaux. *Avaliação do processo ensino-aprendizagem*. 6.ed. São Paulo: Ed. Ática, 2004.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal, mulher e gênero no Brasil. *Revistas Estudos Feministas*, vol. 9, nº 2, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, 2001 p. 515-539.